

NATUREZA E LUGAR DOS DISCURSOS GRAMATICAL E RETÓRICO EM CÍCERO E QUINTILIANO*

Marcos A. Pereira
[IEL-UNICAMP]

FALANDO DO PASSADO A PARTIR DO PRESENTE

Prefaciando o seu *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'empire*, o historiador francês Jérôme Carcopino afirmava, há mais de sessenta anos:

Se não queremos que a “vida do romano” se perca nos anacronismos ou se imobilize na abstração, devemos começar por estudá-la no círculo concreto de um período estritamente definido. Nada muda tão rápido quanto os hábitos dos homens¹.

O período focalizado por Carcopino – fins do primeiro século e meados do terceiro de nossa era –, a par de constituir um momento especial para o estudo da história romana – aquele em que, como se antevê no título da obra, a cidade atingira o ápice de seu desenvolvimento e prosperidade, sob Trajano, e o império sua máxima extensão, para depois esfacelar-se progressivamente em meio ao seu próprio gigantismo e suas conseqüências –, assinala o final de uma era conturbada pela agitação política, mas também marcada pela presença e atividade de alguns homens que fundariam mesmo, associados a seus predecessores, aquilo que se chamou *Latinidade* – que é, como afirmaria Borges, o próprio Ocidente.

* Este texto constitui uma versão modificada de trabalho apresentado no II Congresso Nacional da ABRALIN (Florianópolis: UFSC, 1999) e publicado em CD-ROM.

1. Cf. “Prefácio do autor” in Carcopino (1990, p. 13), na tradução feita por Hildegard Feist para a Companhia das Letras/Círculo do Livro. A edição francesa original, lançada pela Librairie Hachette, de Paris, data de 1939.

Para além de uma necessidade atual de reduzir um passado por demais longínquo e multifacetado a “esquemas” (e respectivos “rótulos”) igualmente atuais com o fim de tentar compreendê-lo, fica, de qualquer modo, reconhecido e confessado o assombro, atual mas, afinal, de todas as épocas, diante dos monumentos deixados por aqueles mesmos homens – artefatos, imagens gravadas em pedra mas também, sobretudo, *escritos* –, como que a provocar e exigir dos homens atuais um posicionamento diante do simples fato de sua presença, na medida em que esta pode ser reconhecida mesmo nas cópias, quando é esse o caso, que deles sobreviveram. Tais monumentos (alguns dirão mesmo *documentos*), pois, sejam eles artefatos, imagens ou escritos, falam ou parecem falar de coisas não tão estranhas, apesar de sua incontornável distância no tempo, aos homens do presente, uma vez que estes de alguma forma se vêem nelas representados.

“Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo”, afirma Wittgenstein no seu *Tractatus*. Sem a intenção de banalizar ou comprometer a reflexão do filósofo com a aplicação que dela se faz aqui, “mas aceitando o risco de citá-la isolada do conjunto da obra”, como também faz e afirma Vogt (1980, p. 19), pode-se ver nela uma suficientemente clara explicitação de que tudo que se diz é dito sempre não apenas a partir de um determinado lugar, mas de dentro de um sistema que obriga a dizer de uma forma e não de outra². Em outras palavras, e radicalizando, então, o que afirmam Robins (1983, p. 2s)³ e Lewis (1982/3, p. 147)⁴ a respeito da “inevitabilidade de enxergar o passado com os olhos do presente”, não há, absolutamente, como tratar do passado sem categorias próprias do momento em que dele se fala.

Dado, pois, que os homens do presente não apenas se reconheçam nos monumentos do passado, como também, freqüentemente, se encontrem na contingência de falar sobre eles, será preciso não esquecer, mas como que obliterar um tanto tal “verdade”, a fim de não se ver obrigado a obedecer a outro “princípio-limite” – que não chega, entretanto, a ser de todo incontornável: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (cf. Wittgenstein, 1994, p. 281).

2. Nos termos de Vogt: “Prisioneiro do universo simbólico que a linguagem impõe, o homem move-se no interior deste quarto com a ilusão de quem roça o intangível. O maior impulso individual acaba por se esgotar na plenitude que o símbolo garante. E esta plenitude é a da ordem social, ou, se se quiser, *a da ordem da estrutura lingüística* que obriga o indivíduo às respostas que o sistema exige.” (Grifo nosso.)

3. “Os breves apanhados históricos de uma matéria, como os que são com freqüência incluídos em livros de iniciação, vêem inevitavelmente o passado com os olhos do presente, concentrando-se em aspectos que para a ciência atual parecem ser particularmente relevantes ou, de modo contrário, completamente sem valor.”

4. “É uma doutrina geralmente aceita, quase um truísmo, que os historiadores tendem a refletir muito do que é parte de sua própria época quando escrevem sobre outra.” A tradução de passagens das obras referidas neste trabalho, salvo outra indicação (cf. *Referências bibliográficas*, ao final), é de nossa autoria.

Em que pesem, portanto, todos os limites impostos pela linguagem e pelas convenções do momento presente, particularizando tanto quanto possível a exposição e sem a pretensão de esgotar sequer minimamente o assunto, é que nos propomos falar brevemente do passado – ou, antes, de algo relativo a esse passado que possui, acreditamos, um grande interesse não só presente como permanente: a maneira como está representada em dois autores da Antigüidade romana, Cícero e Quintiliano, na medida em que isso chega a acontecer, uma reflexão sobre aquilo que nossa época chama *linguagem*, consubstanciada na língua daqueles mesmos autores e codificada naquilo que então se chamou *Gramática e Retórica*.

A ARS GRAMMATICA EM QUINTILIANO

Nos capítulos 4-9 do livro I de sua *Institutio oratoria* ('A educação oratória', doravante, apenas *Institutio*), Quintiliano traça um quadro, por assim dizer, daquilo que na Antigüidade se chamou primeiro *Tékhne grammatiké*, título de conhecido texto do grego Dionísio Trácio, que viveu entre os séculos I e II a.C., traduzido pelos romanos como *Ars grammatica* ou simplesmente *Grammatica/Grammatice* – termo mantido, com as alterações cabíveis, pelas línguas ocidentais modernas – com o objetivo de designar aquela área do conhecimento antigo em que se tematizava, explicitamente, a linguagem (isto é, no caso, as línguas grega e latina)⁵.

5. Port./esp. *gramática*, it. *grammatica*, fr. *grammaire*, ingl. *grammar*, al. *Grammatik*, esl. *grammatika* etc. Como informam Azeredo & Houaiss (1983, p. 5406): "do verbo gr. *grápho*, 'risco, escorcho; traço sinais para escrever ou desenhar; gravo, escrevo', é que deriva o gr. *grámma*, -atos, 'sinal gravado; caráter de escrita; letra; texto escrito', com uma série, por sua vez, de derivados, como *grammáteia*, 'função de secretário'; *grammateion*, 'tabuinha para escrever'; *grammateúo*, 'secretário, exerce a função de escriba'; *grammatikós*, 'concernente à arte de ler ou de escrever' – do qual ocorre já em Aristóteles a expressão *hè grammatikè epistéme* e, substantivamente *hè grammatiké* (subentendido *tékhne*, 'arte, técnica'), a saber, 'a ciência ou arte de ler e escrever, a gramática' – a qual, posteriormente, será 'o que concerne às letras (em sentido direto e em sentido figurado), o que se refere ao estudo ou à crítica dos textos antigos (como os de Homero etc.)', donde, 'gramático, crítico.'" E ainda: "O lat. *grammatica*, como 'gramática, ciência gramatical, ciência dos textos, das letras (inclusive em sentido figurado)', já ocorre, como empréstimo, em Cícero, bem como, com igual sentido, o lat. *grammatice*, em Quintiliano, do mesmo modo que vários derivados de *grámma*. Sob certos aspectos, esses derivados concorrem com o lat. *littera*, 'letra', e *litteratura*, 'arte de escrever, gramática' e só mais tarde 'obras literárias, literatura.'" (*Id.*, *ibid.*) Não entraremos em detalhe sobre o primeiro termo das expressões com as quais a disciplina de que nos ocupamos aqui era qualificada na Antigüidade grega e romana (*tékhne/ars*), que nos permitimos mesmo, por conveniência, entender simplesmente como 'arte' ou 'técnica', a fim de nos concentrarmos sobre o segundo termo (*grammatiké/grammatica-grammatice*), que possui, no caso, implicações mais importantes para o momento. Para um histórico do termo e sua aplicação na Antigüidade, cf. entre outros Pereira (1997b, p. 41, n. 58).

Segundo Robins (1983, p. 24s), Dionísio definia a Gramática como “o conhecimento prático do uso lingüístico comum aos poetas e prosadores”, dividindo-a em seis partes: “primeira, leitura exata (em voz alta), com a devida atenção à prosódia; segunda, explicação das expressões literárias das obras; terceira, preparo de notas sobre fraseologia e temática; quarta, descobrimento das etimologias; quinta, determinação das regularidades analógicas; sexta, crítica das composições literárias, que é a parte mais nobre da gramática”⁶. Segundo o mesmo autor, ainda, teria sido da “quinta parte” da *Tékhnē* de Dionísio que a Gramática acabou por se especializar no sentido que possuiu ainda hoje.

Varrão de Reate (Marcus Terentius Varro, 116-27 a.C.), por sua vez, primeiro grande nome no que diz respeito aos estudos gramaticais desenvolvidos em solo romano, discípulo de Crates de Malos – que teria sido o responsável pela introdução da Gramática grega em Roma, para onde se dirigira, como embaixador do rei de Pérgamo, em 168 a.C. –, segue de perto a exposição de Dionísio, definindo a Gramática como “o conhecimento sistemático do uso lingüístico da maioria dos poetas, historiadores e oradores”⁷.

Ao tratar da Gramática na *Institutio*, publicada pela primeira vez em 96 d.C., Quintiliano afirma, inicialmente, que ela se divide em duas partes, que são “a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas”, acrescentando ainda: “as regras da escrita se combinam com as do falar, (...) uma leitura correta precede a explicação, e um juízo crítico permeia a ambas”⁸. O autor parece repetir, portanto, nos termos de Righi (1969, p. 67), “as quatro partes do

6. Talvez seja útil transcrever aqui a tradução que outro estudioso (cf. Kemp, 1986, p. 346) deu mais recentemente a essa mesma passagem que abre o texto de Dionísio, a qual contém algumas diferenças em relação à formulação de Robins – ou, ao menos, à de seu tradutor para o português: “1. Grammar is the practical study of the normal usages of poets and prose writers. Its six divisions comprise: 1. Skill in reading (aloud) with due attention to prosodic features. 2. Interpretation, taking note of the tropes of literary composition found in the text. 3. The ready explanation of obscure words and historical references. 4. Discovery of the origins of words. 5. A detailed account of regular patterns. 6. A critical assessment of poems; of all that the art includes this is the noblest part.”

7. *Ars grammatica scientia est eorum quae a poetis historicis oratoribusque dicuntur ex parte maiore*. Cf. Funaioli apud Robins (1983, p. 37 e 49).

8. Cf. *Instit. orat.* I, 4, 1-3: *Haec igitur professio, cum breuissime in duas partis diuidatur, recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem, plus habet in recessu quam fronte promittit. Nam et scribendi ratio coniuncta cum loquendo est, et enarrationem praecedat emendata lectio, et mixtum his omnibus iudicium est (...)*. (Grifos nossos.) Mais adiante, na obra, Quintiliano acrescenta que, à primeira parte, os gregos chamavam “Metódica”, e “Histórica” à segunda: *Et finitae quidem sunt partes duae, quas haec professio pollicetur, id est ratio loquendi et enarratio auctorum, quarum illam methodicen, hanc historicen uocant.* (*Instit. orat.* I, 9, 1. Cf. Quintilien, 1975. Grifos nossos.)

estudo filológico” também propostas por Varrão: a *lectio* (leitura), a *emendatio* (correção do texto), a *enarratio* (explicação dos autores) e o *iudicium* (juízo crítico do autor)⁹.

Estabelecida, assim, por Quintiliano a definição de Gramática com a qual estará operando, o autor passa à exposição do assunto, distribuído em seis capítulos (de números 4 a 9, como já se disse, que ocupam exatamente metade do primeiro livro da obra¹⁰). A fim de apontar, em linhas bastante gerais, o conteúdo de cada um dos “capítulos gramaticais” da *Institutio* (cf. Quintilien, 1975 e Pereira, 1997b), talvez se pudesse apresentar o seguinte esquema, empregando, em sua maioria, embora traduzidos para o português, termos do próprio Quintiliano:

- Cap. IV: funções do gramático; formação das palavras; partes do discurso;
- Cap. V: virtudes do discurso; barbarismo; solecismo; eufonia; acentos;
- Cap. VI: fundamentos do discurso; analogia; etimologia;
- Cap. VII: ortografia;
- Cap. VIII: leitura e “apreciação” dos textos;
- Cap. IX: trabalho do gramático frente ao do retor.

Embora tais “capítulos gramaticais” não constituam o único momento, na *Institutio*, em que o autor tematiza explicitamente a língua latina, é neles, de qualquer maneira, que estão maciçamente presentes referências aos – já então tradicionais – tópicos dos “tratados” gramaticais que a Antigüidade greco-romana nos legou. É neles, em suma, que os comentários gramaticais mostram uma unidade e uma organização especiais, além de encontrarem justificação para sua presença na obra.

Não seria, decerto, preciso lembrar que a maneira como Quintiliano expõe a Gramática apresenta, do ponto de vista de abordagens posteriores, diferenças, por assim dizer, de fundo e de forma, não fossem alguns fatos como o referido por Cousin:

Os comentários de F. H. Colson, de V. d’Agostino, de J. Collart permitem constatar que, reunindo sob o título de gramática fatos que competem ao estudo da

9. Nas palavras de Righi: “Varrão tomou de Tiranião (ou de Dionísio Trácio) a distinção entre as quatro partes do estudo filológico: a leitura, a *emendatio* (revisão e correção do texto ou crítica textual), a explicação (ou *enarratio*) e o juízo (sobre o escritor). Cícero, no *De oratore*, I, 43, enumera também quatro partes do processo de intelecção dos autores: a *pertractatio* dos poetas (ou inteligência crítica), a “história”, ou seja, as noções relativas a seu conteúdo, a “interpretação” (verbal das palavras, de seu significado) e o “som” ou harmonia poética do verso e da prosa (razão estética da beleza).”

10. Mais precisamente, 53 páginas de um total de 105 do primeiro livro, na edição feita por Jean Cousin para a “Les Belles Lettres”. Cf. Quintilien (1975).

fonética, da morfologia, da sintaxe, da estilística, da métrica e da grafia, sem omitir a etimologia, Quintiliano misturou bem as coisas (...)”¹¹

– comentários cujo peso, dadas as fontes de onde provêm, exigem mesmo algumas observações.

Como o próprio autor, em primeiro lugar, mais de uma vez afirma explicitamente¹², não é sua intenção compor uma obra de Gramática, mas propor, antes, uma certa abordagem da disciplina aos mestres da época (os *grammatici*, no caso), já então objetos de crítica¹³. Além disso, o que é mais sério, parece estar-se cobrando de Quintiliano, também aí equivocadamente, uma abordagem da matéria que não se poderia encontrar em sua época, pondo de lado não só as especificidades de seu trabalho, como também as daqueles desenvolvidos por seus predecessores e sucessores imediatos – equívoco certamente devido, ainda que apenas em parte, ao fato de haver ainda hoje uma disciplina com o nome de *Gramática* e pessoas qualificadas de *gramáticos*¹⁴. Como lembra Cousin,

11. Cf. “Notice” de Jean Cousin in Quintilien (1975, p. 45).

12. Cf. *Instit. orat.* I, 4, 17: “(...) não estou ensinando, e sim aconselhando os que vão ensinar” (...*non enim doceo, sed admoneo docturos*); e I, 5, 54: “(...) não pretendemos compor um tratado gramatical (...)” (...*neque enim artem grammaticam componere adgressi sumus*...).

13. A obra de Quintiliano, de fato, parece surgir num momento em que o ensino do *grammaticus* se encontra em verdadeira crise (cf. Carcopino, 1990, p. 134-140 e Kaster, 1986). Embora, a rigor, não possam ser tomadas como um verdadeiro resumo da apresentação de Quintiliano, são ilustrativas mesmo de sua visão sobre o assunto – e dirigidas aos *grammatici* da época, bem como, ao que parece, a seus detratores – as seguintes passagens, todas do primeiro livro da *Institutio*: se “(...) não (...) parece deselegante que se diga ser uma coisa falar latim, outra falar gramatiquês” (6, 27: *Quare mihi non inuenuste dici uidetur, aliud esse Latine, aliud grammaticae loqui*) – referindo-se, aqui, ao fanatismo analogista, com sua pretensão de “regularizar” a língua –, também é verdade que “(...) nada do que diz respeito à Gramática será nocivo, senão aquilo que é inútil” (7, 34: *Sed nihil ex grammaticae nocuerit, nisi quod superuacuum est*). “Tais matérias não constituem embaraço aos que passam por elas, mas aos que se detêm nelas” (7, 35: *Non obstant hae disciplinae per illas euntibus, sed circa illas haerentibus*). “Por isso”, conclui, “contarei entre as virtudes de um gramático o desconhecimento de algumas coisas” (8, 21: *Ex quo mihi inter uirtutes grammatici habebitur aliqua nescire*). A justificativa para a presença dos “capítulos gramaticais” aparecera, porém, muito antes: “se ela [a Gramática] não estabelecer alicerces seguros para o futuro orador, tudo o que se tiver edificado irá por terra (...)” (4, 5: *Quae nisi oratoris futuri fundamenta fideliter iecit, quidquid superstruxeris, corruet*...). “Que ninguém, pois, desdenhe os princípios da Gramática como de pouco valor, não porque seja coisa difícil distinguir consoantes de vogais, bem como dividi-las em semivogais e mudas, mas porque, aos que penetram, por assim dizer, no interior desse santuário, ela revelará muitas sutilezas, que poderão não só aguçar os dotes infantis, como também propiciar uma erudição e um saber de grande profundidade” (4, 6: *Ne quis igitur tamquam parua fastidiat grammaticae elementa, non quia magnae sit operae consonantes a uocalibus discernere ipsasque eas in semiuocalium numerum mutarumque partiiri, sed quia interiora uelut sacri huius aedeuntibus apparebit multa rerum subtilitas, quae non modo acuerre ingenia puerilia, sed exercere altissimam quoque eruditionem ac scientiam possit*). Cf. Pereira (1997b).

14. Pelo que é útil recorrer, ainda uma vez, à explicação do significado do termo com que se refere a seu “cultor”. Assim se expressa Cousin (cf. Quintilien, 1975, p. 8s) sobre o assunto: “O

referindo-se, ainda, àqueles mesmos comentários, Quintiliano “(...) não tem” – seria demais acrescentar que nem sequer poderia ter? – “nenhuma pretensão científica, limitando-se a oferecer orientações práticas com vistas ao ensino e fundamentando-se nas constatações do uso”¹⁵.

Se, pois, no juízo de Paratore (1987, p. 700), são “particularmente importantes o L[ivro]. I e o L[ivro]. X” da *Institutio*, sendo o primeiro destes “o mais completo tratado de pedagogia que a antigüidade clássica nos transmitiu”, Cousin (cf. Quintilien, 1975, p. 7) parece concordar com isso quando afirma que se trata, no mesmo primeiro livro, “de pedagogia prática (...), não de teoria da gramática ou da língua”. Noutro passo, entretanto (*ibid.*, p. XC), também sinaliza para o fato de que é preciso ver na obra “não (...) unicamente um compêndio de pedagogia, mas um tratado inspirado de mais altos desígnios”. Resta saber, então, como encarar a presença dos “capítulos gramaticais” na obra de Quintiliano.

Como, em resumo, já afirmamos noutro lugar (cf. Pereira, 1997b, p. 58):

O fato responde (...) pela própria intenção com que os capítulos foram redigidos: a meta de Quintiliano é, antes de mais nada, fornecer um “plano de estudo” para o futuro orador. Ora, a gramática é, para aquele, disciplina propedêutica, e se alguns, contra os quais já se insurgira o próprio Cícero, “escamoteando a exposição das regras mais simples, imediatamente abordavam a retórica” [cf. Cousin, 1967², p. 44], esse não é absolutamente o caso de Quintiliano, que defende o estudo sério da gramática, em primeiro lugar.

Somente assim, como afirma ainda Cousin (1967², p. 76),

o futuro orador poderá ser confiado às mãos do retor. Idéia justa, cuja aplicação se impunha num século onde os jovens discípulos eram preparados para a eloqüência

termo *grammaticus*, emprestado ao grego, não equivale a nosso moderno termo “gramático”: ele designou aquele que ensina os caracteres da escrita; designou também aquele que ensina as regras elementares da expressão falada e escrita, mas se aperfeiçoou o emprego dos termos e se falou de *litteratus*, de *litterator*, de *litteratura*, de *litteratio*, e se ampliou o papel daquele que era apenas, de início, um mestre de classe elementar, sem dúvida porque ele próprio o havia ampliado progressivamente.” Ou, como já afirmamos antes (cf. Pereira, 1997b, p. 61, n. 98): “Não é em primeiro lugar por comodidade que nos permitimos traduzir *grammaticus* por “gramático”, em vez de “mestre de gramática” ou equivalente. É verdade que em nossa tradição aquele termo designa antes o autor de tratados gramaticais, mas esse foi um desenvolvimento inevitável do trabalho do antigo *grammaticus*. O próprio Cousin (...), editor mas também tradutor de Quintiliano para o francês, emprega o termo “grammaïrien”, equivalente exato do nosso “gramático”. Já Butler ([cf. Quintilian] 1989: 62, nota 1), editor e tradutor inglês, opta por “professor de literatura” (...), sem dúvida baseando-se numa das possíveis traduções mais propriamente latinas do termo grego *grammatikós* (= *litterator*, oposto a *litteratus*, que passara a indicar, para os latinos, de alfabetizado a alfabetizador) (...)”. Cf. também Desbordes (1995, p. 32ss).

15. Cf. Quintilien (1975, p. 45). O conceito parece ter, de fato, grande importância em Quintiliano, e constitui objeto de uma investigação ainda em processo.

desde a primeira infância, sem que conhecessem os elementos indispensáveis à ciência da palavra.

Não parece ser outra, portanto, a razão de Quintiliano oferecer, no início da sua *Institutio*, a apresentação – *sui generis*, a bem da verdade, apenas se vista com olhos muito distantes no tempo – de algo identificado com uma *Ars grammatica*. Trata-se, mais que de “descrever” a língua, de mostrar como deveria ser, em sua opinião, o trabalho do *grammaticus*: nada mais, nada menos que contribuir para a formação de oradores, na medida em que preparava os alunos para que posteriormente pudessem ser encaminhados ao *rhetor*, o mestre de eloquência.

O DISCURSO E A ISONOMIA ENTRE DIZER E SER

Num artigo sobre Quintiliano, Kennedy (1962, p. 145) afirma que

a palavra pronunciada significou para a Antigüidade muito do que a razão significou para o século dezoito, envolvendo tanto a capacidade intelectual quanto a função do orador na sociedade, além de criatividade e poder pessoal.

Relevando a comparação efetuada pelo autor, que apresenta uma interpretação carregada e obviamente pessoal no retrato por ele fornecido do orador na sociedade romana de há vinte séculos; desbastando, por exemplo, o conceito de “criatividade” nela presente, fica uma imagem, se não “perfeita” (?!), ao menos válida, na medida em que consegue exprimir a importância do antigo orador numa sociedade em que a palavra (“pronunciada”, como se queira) tinha não pequeno valor. Também serve ela para ajudar a compreender a afirmação de Quintiliano em I, Pr., 9-10:

Ora, nós estamos formando aquele orador perfeito, que não pode ser senão um homem de bem, e por isso não lhe cobramos apenas uma excelente habilidade no discursar, mas todas as virtudes do espírito. Pois eu não admitiria que o modelo de uma vida reta e honesta, como pensaram alguns, deva ser atribuído aos filósofos, quando aquele homem verdadeiramente civil e talhado para a administração das coisas públicas e privadas, capaz de comandar as cidades com seus conselhos, firmá-las com suas leis, corrigi-las com seus julgamentos, não pode ser outro, na verdade, senão o orador.¹⁶

16. *Oratorem autem instituumus illum perfectum, qui esse nisi uir bonus non potest, ideoque non dicendi modo eximiam in eo facultatem, sed omnis animi uirtutes exigimus. Neque enim hoc concesserim, rationem rectae honestaeque uitae, ut quidam putauerunt, ad philosophos relegandam, cum uir ille uere civilis et publicarum priuatarumque rerum administrationi accommodatus, qui regere consiliis urbes, fundare legibus, emendare iudiciis possit, non alius sit profecto quam orator.*

Daí sua valorização do antigo preceito de Catão:

O orador (...) é um homem de bem, experimentado no dizer.¹⁷

O orador visado por Quintiliano é, em suma, aquele homem que, além de possuir aquilo que os gregos chamavam *enkyklios paideia*¹⁸ – expressão que representa o domínio das diversas artes que compunham o saber da época –, devia, por assim dizer, primar em sua vida por uma correspondência estrita entre pensar e falar, dizer e fazer. Ora, o alicerce desse múltiplo saber era constituído pela Gramática – que formava, com a Retórica e a Dialética, o conjunto das artes ligadas à palavra –, cujo estudo Quintiliano situa no início daquele programa de formação que é a sua *Institutio* e que precedia o ensino do retor. Era ela, em primeiro lugar, que deveria garantir ao futuro orador o domínio daquele que seria seu instrumento por excelência: não a língua do discurso empolado que o autor via na eloquência da época, carregada de artifícios e muitas vezes vazia em si mesma, mas a daquele que, ainda segundo o juízo de Quintiliano, deveria ser tomado por modelo: Cícero¹⁹.

Há uma moral, pois, na base da filosofia que norteia não só a concepção de eloquência e educação oratória de Quintiliano – por trás da qual se podem ver mesmo antigos ideais da escola estoica –, a qual une os dois autores em primeiro lugar. Como Cícero afirma, no *Orator*²⁰:

A eloquência, como tudo, funda-se sobre a sabedoria; no discurso como na vida, nada é mais difícil de observar do que aquilo que convém (*quid deceat*). Os gregos chamam a isso *tò prépon*, nós poderíamos dizer *decorum*.

O conceito se precisa no *De officiis*²¹:

17. *Orator est, Marce fili, uir bonus, dicendi peritus*. Cf. Cato, frag. 14 (80) Jordan *apud* Calder III (1987, p. 168-9). Na tradução de Peterlini (1997, p. 128): “Um homem probo, hábil no falar” – segundo o autor, “definição canônica do *aristocrata*”. O passo é lembrado por Quintiliano em XII, 1, 1: *Sit ergo nobis orator, quem constituimus, is qui a M. Catone finitur uir bonus dicendi peritus*.

18. *Orbis doctrinae*, em latim, que se poderia talvez traduzir por “cultura geral”, não fosse o caso de o conceito correr o risco de ser compreendido como aquilo que Cousin (cf. Quintilien, 1975, p. 43) qualifica de “entusiasmo desinteressado pela ciência”, algo como um enfeite para diletantes, ao passo que Quintiliano, valorizando conhecimentos atinentes a outras áreas que não apenas a Gramática e a Retórica na formação dos alunos, deseja, ainda segundo Cousin, “colocar o orador à altura de responder às exigências de seu encargo e de ganhar suas demandas, e, nessa atitude, revela-se seu pragmatismo”.

19. Nos termos do próprio Quintiliano, já “não o nome de um homem, mas da própria eloquência” (cf. *Inst. orat.* X, 1, 12). Paratore (1987, p. 701s) e outros parecem fazer mesmo, por essa revalorização do estilo ciceroniano, um juízo negativo do autor da *Institutio oratoria*.

20. Conforme citado por Cousin (cf. Quintilien, 1975, p. LXXIV).

21. *Id.*, *ibid.*

Se a beleza do corpo atrai os olhos pela disposição harmoniosa dos seus membros, e se ela agrada pelo fato mesmo de que todas as partes estão afinadas com um certo encanto, a conveniência, que brilha em nossa vida, suscita a aprovação de todos aqueles com os quais nós vivemos pela ordem, pelo equilíbrio e pela moderação de todas as nossas palavras e de todos os nossos atos.

Há, portanto, uma virtude a ser cultivada pelo orador, constituída por um paralelismo entre sua linguagem, seus pensamentos e suas ações: em seu discurso, bem como em sua vida, ela é, em última instância, aquele *equilíbrio* representado pelo *meio termo* (*optima...media illa uia*), que consiste em apresentar-se *livre do vício* (*uitio carere*) encontrado *no excesso*, onde quer que este se verifique (*uitium est ubique, quod nimium est*)²². Tanto Cícero quanto Quintiliano defendem tal paralelismo, que se apresenta na forma de uma *conveniência*, a qual

se confunde (...) com a moderação, e a moderação com a virtude. Ora, é uma virtude falar como convém; a linguagem é uma manifestação, uma transparência do espírito e da alma. Ninguém pode ser orador perfeito se não é um *uir bonus*.²³

22. Os termos aparecem na *Institutio*, respectivamente, em VIII, 3, 41; VII, 3, 17; VIII, 3, 42.

23. Nos termos de Cousin (cf. Quintilien, 1975, p. LXXIV). Tal conveniência (*decorum*) constitui para o orador, no dizer do mesmo Cousin (*ibid.*, p. XLVI), uma verdadeira “estética da vida”. Seria interessante, embora isso talvez conduzisse a discussão por outro caminho, anotar que a preocupação de Cícero com a linguagem não se revela apenas em seus tratados, mas também – ainda que em outro sentido, como é agora o caso – em sua correspondência. Em conhecida carta, datada de 56 a.C. e enviada a Lúcio Luceio, suposto autor de uma obra histórica hoje perdida, Cícero procura mesmo convencer o amigo a tratar separadamente e de modo especial, do conjunto dos fatos a serem por aquele narrados sobre a história romana recente, sua participação no esmagamento da conjuração de Catilina, ocorrida sete anos antes. Que Luceio tenha sido pessoa especialmente apta para fazê-lo, demonstram as próprias palavras de Cícero: “(...) para a alegria do espírito e para a dignidade da memória, ser-me-á mais eficaz se eu granjear figurar em teus escritos do que nos de outrem, porque não apenas teu talento se revelará precioso (como ocorreu a Timoleonte da parte de Timeu, ou a Temístocles da de Heródoto), como também tua autoridade de homem por demais ilustre e considerado, conhecido nas questões mais importantes e graves do Estado e sobretudo experimentado” (cf. *Fam.* V, 12, 7). Em passagem anterior, considerada “polêmica” porque encerraria mesmo uma “contradição” de Cícero em relação a sua concepção do caráter da história como *magistra uitae* – expressa em obras como o *De republica*, por exemplo, onde se defende a “exatidão” e a “verdade” na exposição dos fatos –, o autor afirma: “Não ignoro (...) quão impudentemente procedo, ao impor-te em primeiro lugar tamanho encargo (...), depois também ao pedir que me exaltes. Por que razão, afinal, se meus feitos não te parecem dignos de exaltar? No entanto, como quem uma vez ultrapassou o limite do acanhamento deve ser impudente por inteiro, peço-te claramente e repetidas vezes que não só embeleças meus feitos ainda mais do que porventura os julgues dignos de tanto, como também que, nisso, não faças caso das leis da história. E se o reconhecimento, sobre o qual escreveste tão admiravelmente em certo prefácio (...), me faz valer fortemente a teu julgamento, que não o esqueças, e que confiras à nossa amizade ainda um pouco mais do que a verdade concede” (cf. *Fam.* V, 12, 2-3 in Cicéron, 1978). Tratando do tema, autores como Rambaud

Ao menos por sua concepção do discurso, Cícero e Quintiliano parecem estar, assim, bastante próximos naquilo que defendem. Se isso é verdade, a tradicional “separação”, já à época, dos domínios da Gramática e da Retórica – definidas, respectivamente, como *ars bene loquendi* e *ars bene dicendi*, em que pesem as reais diferenças que se possam apontar entre os últimos termos dessas definições²⁴ –, encontra-se aqui um tanto quanto obliterada. Se fosse preciso, ainda assim, estabelecer uma diferença entre as duas artes, seria também preciso dizer, talvez com maior acerto, que elas eram complementares. Noutros termos:

se cabia à gramática determinar, a partir dos autores que formavam o cânone clássico, que usos da língua eram “legítimos”, cabia à retórica, então, atualizar no discurso aqueles usos de maneira eficiente, com vistas a convencer.²⁵

CONCLUSÃO: DISCUSSÃO LINGÜÍSTICA NA ANTIGÜIDADE?

Uma certa consciência, no sentido mais banal do termo, da realidade bastante palpável da fala deve sempre ter sido possuída pelo homem, mas grande parte do que se possa nos primórdios ter pensado sobre ela ficou irremediavelmente perdido – para utilizar uma expressão bastante gasta – na noite dos

(1953) consideram que “o conteúdo histórico de uma obra não a transforma em obra de história”, e que “os discursos de Cícero são uma fonte histórica, mas não uma obra de ciência”. Já Rocha Pereira (1984 *apud* Pereira, 1997a, p. 847), aparentemente mais “feliz” em seu julgamento, faz lembrar como, “da mesma forma que buscou criar um discurso propriamente romano no que dizia respeito à Filosofia e à Retórica, alçando sua pátria à altura duma Grécia, Cícero também se preocupou com o desenvolvimento de um discurso histórico particular, considerando que ‘a arte de bem escrever está na base do valor da obra histórica’. Isso mostra realmente como, para o autor romano, a História deve ser colocada a serviço da eloquência, que visava à persuasão como ao embelezamento do discurso, e que ele define como não sendo ‘outra coisa senão uma sabedoria que sabe exprimir-se bem’ (cf. *Div. da Arte Or.* 23, 79)”.

24. Mesmo se defendermos, como faz Cousin (cf. Quintilien, 1975, p. 44), que Cícero nem sequer tenha atribuído grande importância à primeira das duas artes em questão, a ponto de não ter escrito uma obra que versasse especialmente sobre Gramática. Como já dissemos em outro lugar (cf. Pereira, 1997, p. 43, n. 60), “Lyons (1979: 13) observa que, na antigüidade greco-romana, a gramática permaneceu como disciplina auxiliar não apenas da retórica, como da filosofia (no caso, dos estóicos [...]) e da crítica literária (no caso dos eruditos alexandrinos). Mas é igualmente importante observar, com Arens (1975: 53), que a própria retórica, de modo inverso, também teve funções tipicamente suas assumidas pela gramática”. (Cf. tb. *Instit. orat.* I, 9.)

25. Também *persuadir*, ambos termos com que mesmo hoje se costuma referir, mais geralmente, a uma das funções da antiga *Ars rhetorica*. É certo, porém, que se atribuíram tradicionalmente ao discurso elaborado segundo seus princípios, ainda, do ponto de vista do(s) efeito(s) a ser(em) por ele obtido(s), de acordo com o público e a situação visados, as de *comover*, *agradar* (ou *deleitar*) e *ensinar* – para empregar uma tradução dos termos que aparecem nos tratados da época (cf. Chiappetta, 1997, v.g. p. 133ss. e Pereira, 1997b, p. 43s).

Baratin & Desbordes (1981, p. 9ss) chamam a atenção para o fato de que a Gramática, “concebida como estudo da boa língua e meio de extrair a beleza dos grandes textos”, para os antigos “não recobre a totalidade dos pontos de vista sobre a linguagem”. Como se viu aqui, há outras disciplinas que a teriam como objeto, mas a considerariam de pontos de vista e com interesses diferentes, embora complementares. Isso apontaria para outro fato, conforme asseveraram ainda aqueles autores: não de que “os Antigos não souberam constituir o domínio próprio da lingüística como análise científica”, que uma análise apressada e equivocada mas freqüente gostaria de apontar, e sim de que eles não teriam dissociado seu estudo de outros domínios, correlacionando-os.

O discurso gramatical, de que nos ocupamos em especial – que não é unívoco nem sequer na chamada Antigüidade –, caminha, portanto, paralelamente ao da Retórica na época em questão, refletindo sobre a língua não com o simples intuito de criar uma metalinguagem abstrata, mas para tentar fixar, por assim dizer, uma forma de língua que sirva aos fins então visados. (Ele aparece em Quintiliano, por exemplo, explicitamente vinculado a uma preocupação de formar oradores!)

Que tenha havido, na história da humanidade, a sobrevivência de disciplinas ligadas à palavra não deveria causar espécie: uma vez que o homem, por definição, é um ser de linguagem, é natural que esta possua, para ele, não pequeno interesse. Não deveria, igualmente, causar estranheza observar que, ao longo dessa mesma história, um mesmo nome – *Gramática* – tenha servido e ainda sirva para falar de práticas (por vezes muito) diferentes: ele se refere a um tipo de atividade que já consistiu no estudo da língua empregada pelos poetas em seus textos, tendo em vista formar oradores; na restauração daqueles textos; na sua análise e/ou descrição; na fixação de uma norma de linguagem; na especulação sobre os pensamentos por ela veiculados; no estudo da mente de que brotariam tais pensamentos... Pelo que talvez se devesse concluir, com Auroux (1992, p. 12), quando este lembra que:

É preciso (...) se render à evidência: a lingüística, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812 (...) é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se (...) de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isto que recorreremos cada vez mais à expressão plural “ciências da linguagem”).

Independentemente, pois, das conseqüências (teóricas e/ou práticas) que o fato possa ter para o desenvolvimento recente de diversas áreas das modernas “ciências da linguagem”, e por mais que uma volta ao passado ainda possa

trazer-lhes novos *insights* – como não pouco frequentemente parece ter feito –, não há, propriamente, uma Linguística na Antigüidade²⁹, mas há ao menos uma Gramática e uma Retórica, responsáveis então pela consideração daquilo que chamamos linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENS, Hans. *La Lingüística: sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días*. Trad. J. M. Díaz-Regañón López. Madri: Gredos, 1975.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.
- AZEREDO, J. C. S. & HOUAISS, Antonio. Gramática. In: VV.AA. *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1993. v. 10, p. 5406-5412.
- BARATIN, Marc & DESBORDES, Françoise. *L'analyse linguistique dans l'antiquité classique. I: Les théories*. Paris: Klincksieck, 1981.
- CALDER III, William M. "Vir bonus, discendi [sic] peritus". *American Journal of Philology*. Baltimore, v. 108(1), p. 168-171, 1987.
- CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do Império*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990. (Coleção 'A vida cotidiana')
- CHIAPPETTA, Angélica. *Ad animos faciendos: comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officiis de Cícero*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. 439 p.
- CICÉRON. *Correspondance*. 5. tir. Ed. L. Constans. Paris: "Les Belles Lettres", 1978. v. 2.
- COUSIN, Jean. *Études sur Quintilien*. Amsterdam, 1967² [1. ed. Paris, 1935]. t. I.
- DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma antiga*. Trad. Fulvia M. L. Moreto e Guacira M. Machado. São Paulo: Ática, 1995.
- KASTER, Robert A. Islands in the stream: the grammarians of Late Antiquity. In: TAYLOR, Daniel J. [ed.]. p. 323-342.
- KEMP, Alan. The *Tékhnē grammatiké* of Dionysius Thrax: English translation with introduction and notes. In: TAYLOR, Daniel J. [ed.]. p. 343-363.
- KENNEDY, George A. An estimate of Quintilian. *American Journal of Philology*. Baltimore, v. 83(2), p. 130-146, 1962.
- LEWIS, Thomas S. W. The brothers of Ganymede. *Salmagundi: A Quarterly of the Humanities and Social Sciences*. Saratoga Springs (N.Y.), n. 58/59, p. 147-165, 1982/3.

29. Embora se costume, freqüentemente, empregar o adjetivo "lingüístico(a)" para referir-se à antiga "reflexão" sobre a língua – ou mesmo o correspondente substantivo para afirmar, inclusive, coisas como "Roma merece um capítulo numa história da lingüística (...) bem menos por ter produzido que por haver transmitido" (cf. Mounin, 1970, p. 95) –, é preciso lembrar que o termo não se encontra dicionarizado em latim, no que se refere ao menos à época clássica.

- LYONS, John. *Introdução à Lingüística teórica*. Trad. Rosa V. M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1979.
- MOUNIN, Georges. *História da Lingüística: das origens ao século XX*. Trad. F.J. Hopffer Rêgo. Porto: Despertar, 1970.
- PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PEREIRA, Marcos A. A epístola a Luceio (*Fam. V, 12*): esboço de uma reflexão sobre a natureza da História a partir de Cícero. *Anais do 1.º Encontro do CelSul (Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul)*. Florianópolis, v. 2, p. 844-853, 1997a.
- _____. De officio grammatici: os capítulos gramaticais da *Institutio oratoria de Quintiliano e o papel do mestre de Gramática*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997b. 147 p.
- PETERLINI, Ariovaldo A. A Retórica na tradição latina. In: MOSCA, L. L. S. [org.] *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas-Publicações FFLCH/USP, 1997. p. 199-144.
- QUINTILIAN. *Institutio oratoria*. Ed. H. E. Butler. Londres: Harvard University Press, 1989. 4 v. (Loeb Classical Library)
- QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Ed. Jean Cousin. Paris: "Les Belles Lettres", 1975. 7 v.
- RAMBAUD, Michel. *Cicéron et l'Histoire Romaine*. Paris: "Les Belles Lettres", 1953.
- RIGHI, Gaetano. *Historia de la Filología Clásica*. 2. ed. Barcelona: Labor, 1969.
- ROBINS, Robert H. *Pequena história da Lingüística*. Trad. Luiz M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de história da cultura clássica. Vol. II: Cultura romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- TAYLOR, Daniel J. [ed.] *The history of Linguistics in the Classical Period*. [Número especial de *Historiographia Linguistica: 13(2/3)*] Amsterdã / Filadélfia: John Benjamins, 1986.
- VOGT, Carlos. A palavra envolvente. In: *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Hucitec/FUNCAMP, 1980. p. 9-42.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 2. ed. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1994.